

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Graziella Fernanda Santos Queiroz¹
Manoel Caetano do Nascimento Júnior

RESUMO

A História da África é marcada por estereótipos criados pelo caráter único e eurocêntrico de se contar História através de abordagens derivadas de séculos passados que marcam não só os africanos, como também pessoas e práticas culturais com sinais de suas diásporas. Desse modo, o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira contribui para desmistificações de imagens errôneas sobre povos e descendentes deles, como também para o respeito à diversidade cultural através de ressignificações de identidades e memórias apoiadas em abordagens de caráter interdisciplinar e contínuo na sala de aula. Assim, através da experiência do Estágio Supervisionado III, onde lecionamos em nonos anos do ensino fundamental na Escola Estadual de Paulista (região metropolitana do Recife) – respectivamente turma e escola-campo do PIBID de História da UFPE o qual fazemos parte –, uma sequência didática foi planejada e executada para essa temática. Aparados por metodologias formativas, conduziremos o relato desta experiência conversando entre seu conceito e a sua aplicabilidade na escola. Contribuem para essa discussão Hernandez (2008), Munanga (2015) e Bittencourt (2011).

Palavras-chave: História da África; Diversidade cultural; Estágio Supervisionado.

INTRODUÇÃO

No Estágio Supervisionado III, desenvolvido na Escola Estadual de Paulista, situada em Paulista, região metropolitana do Recife, Pernambuco, buscou-se, após uma intensa observação do processo de ensino e aprendizagem de duas turmas do ensino fundamental II (9º B e 9ºC), analisar a organização e o funcionamento das salas de aula, no que concerne ao trabalho docente e ao comportamento dos alunos, para assim dar enfoque à intervenção pedagógica através de regências de aulas ao longo do estágio.

Sabendo de possíveis intempéries no ensino da História e visando à melhoria na qualidade e apreensão dele pelos educandos, a metodologia da pesquisa-ação² foi utilizada ao longo do estágio e serviu como forma expressiva de se conduzir processos de importância e valorização do estudo histórico visto de outro ângulo, ou seja, abordagens plurais e atualizadas.

¹ Graduandos do 8º período em História Licenciatura na Universidade Federal de Pernambuco e ambos bolsistas PIBID/CAPES na mesma instituição. E-mails: graziellequeiroz@gmail.com
manoel_nascimento01@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva, Prof. Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

² Metodologia que articula o conhecer e o agir num viés que tende ao social, comunicativo e também atuante (Thiollent, 2005). Quando se trata de promoção de práticas docentes atualizadas a pesquisa-ação pode vir a suprimir problemas dentro da escola visto que ela considera o professor como um curioso contínuo de sua prática e objetiva estabelecer ações que resultem em ganho para os envolvidos. “Partir de um problema definido pelo grupo, usar instrumentos e técnicas de pesquisa para conhecer esse problema e delinear algum plano de ação que traga algum benefício para o grupo” (ANDRÉ, 2006, p.33).

Para a organização das atividades a serem realizadas e dos conteúdos posteriormente discutidos no âmbito escolar, seguimos as etapas relacionadas à pesquisa-ação descritas por Thiollent (2005) e adaptados à nossa realidade da escola. Foram elas:

1ª etapa: inserção na Escola Estadual de Paulista e escolha das turmas através das observações de aulas do professor supervisor;

2ª etapa: caracterização dos grupos-classe escolhidos, neste caso os 9º anos B e C e colocação de problemas existentes no ensino de História;

3ª etapa: planejamento de ensino para posteriores regências dos grupos classe;

4ª etapa: avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Durante os cinco meses de estágio supervisionado que contou com observações e regência das aulas, tentamos pensar nas deficiências encontradas no 9º B e 9ºC e agir diretamente nelas de acordo com a maneira que refletimos e dialogamos com História e o ensino dela.

POR QUE ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS 9ºS ANOS B E C?

A nossa relação com a Escola Estadual de Paulista é interessante. Somos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, (PIBID), há dois anos. No último ano, 2015, a Escola Estadual de Paulista foi onde um de nós trabalhou.

Durante o PIBID, nós graduandos temos que promover também atividades extraclasse com o grupo participante do projeto. Gostamos dessa temática – História da África e da cultura afro-brasileira – e achamos muito importante levá-la para as escolas, mas houve postura de escanteamento por parte da escola diante da escolha em tratar sobre África e assuntos relacionados a ela (HERNANDEZ, 2008).

Na escola que é, em sua maioria, não negra, cenas de discriminações e preconceitos foram presenciadas. O cabelo crespo da menina que é alvo de piadas, a cor preta do garoto e seu “amigo” que o chama de “macaco”, os traços fenotípicos de alguns alunos como propósito de zombarias e risadagem.³

Casos assim assustam, pois tudo acontece de forma tão naturalizada que, quando alguém ousa tocar no assunto, é visto como errado. Isso lembra algo dito por Kabengele Munanga (2012) de que “o nosso racismo é um crime perfeito”⁴.

Como o professor-supervisor, já no estágio supervisionado, permitiu que nós escolhêssemos o tema a ser dado durante as regências ministradas, optamos então por ensinar a História de uma África a partir da historiografia africana e não apenas africanista, não somente pelo olhar europeu ou pelo que consta nos livros didáticos ainda não atualizados.

A discussão referente às relações raciais nas escolas brasileiras tem adquirido mais ênfase ao longo dos anos e vem sendo alvo de pesquisas e estudos recentes. O preconceito racial é uma violência que influencia a democracia na escola. Não discutir sobre o assunto o mascara e atua diretamente na ausência de democracia e construção da identidade dos alunos negros dentro do âmbito escolar.

³ “Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele e o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais. Será que esse padrão está presente na escola? A existência de um padrão de beleza que prima pela “brancura”, numa sociedade miscigenada como a nossa, afeta ou não a nossa vida nas diferentes instituições sociais em que vivemos?” (GOMES, 2002).

⁴ Crime de racismo baseado no mito da democracia racial, na ideia de que as três “raças” no Brasil viviam e vivem em cordialidade, logo todos os indivíduos teriam a mesma oportunidade neste país. Mito, pois é sabido que há uma parcela da sociedade brasileira que detém de privilégios e que a pobreza e a riqueza aqui tem cor. Que o racismo existe, pois foram introjetadas e naturalizadas ideais de superioridade dos brancos em detrimento dos negros.

Entender que o racismo é um problema social e ratificar que a escola apenas reproduz esse ato é considerar a atuação docente passiva, bem como desconsiderar a importância da escola na construção dos indivíduos e como espaço de reflexão, contestação e mudança social (MOURA, 2013).

Consideramos, assim, que essa temática pôde auxiliar no tocante à percepção de como é importante estudar História da África e atinar para o modo como pessoas compreendem dinâmicas sociais e culturais expostas em atitudes práticas, no dia a dia, ali mesmo na sala de aula.

Por fim, apoiados na Lei 10.639/03, que obriga o ensino de História da África nas escolas, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2005), iniciamos as nossas regências.

O PLANEJAMENTO DO ENSINO

Libâneo (2002) nos lembra da importância do planejamento do ensino através de reflexões e ações que tornem a prática docente coerente quando pensada de acordo com o contexto específico escolar e com as demandas do grupo-classe.

A partir do dia 22 de outubro de 2015, iniciamos as regências e finalizamos com 8 aulas dadas em cada turma. Cada turma continha aproximadamente 45 alunos com 2 aulas de História por semana e não eram geminadas, logo tínhamos que preparar aulas de 50 minutos.

O plano de ensino teve o título “Revisitando o continente africano” e o objetivo central do plano de ensino era desmistificar e questionar as representações de África para os alunos, refletida, conseqüentemente, em seus traços diaspóricos. O livro didático dos alunos traz como tema “descolonização da África”, como se não tivesse havido História da África anterior à colonização europeia.

O fato de não falar sobre África nas escolas, ou, quando falada, usar temas ligados à escravidão, miséria, guerras e afins faz com que principalmente crianças associem a população africana bem como seus traços culturais de diáspora com repulsa, desdém e discursos discriminatórios que repetem a violência historicamente construída e destinada a esse continente.

Sendo assim, o nosso objetivo principal foi desmistificar construções sociais criadas em torno da África mostrando que não existe “história única” – expressão essa utilizada pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie⁵.

Logo na primeira aula, trabalhamos com os alunos sobre a historiografia. Entretanto, em nenhum momento precisamos falar essa palavra – historiografia – que carrega consigo um conceito indissociável à escrita da História (CERTEAU, 2002) até que eles estivessem preparados para ouvir.

Na verdade, eles mais fizeram sozinhos do que com nosso auxílio. Passamos um vídeo⁶ que poderia ser interpretado de diferentes maneiras e pedimos para que cada um fosse dizendo o que viu. Assim, explicamos que o mesmo acontecimento histórico pode ser contado de diferentes olhares dependendo de quem conte e de suas intenções diante daquilo. Em seguida, pedimos para que cada um escrevesse em uma folha algumas palavras que vinham na mente quando eles pensavam em África. Guardamos essas folhas, pois elas seriam muito

⁵Discurso da escritora nigeriana Chimamanda Adichie em ocasião do evento Technology, Entertainment and Design (TED). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br. Acesso em: 19.02.2016.

⁶“Cuerdas” 01. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mGK-MoDqNSQ>. Acessado em: 19/02/2016.

importantes nesse processo, visto que na última aula também pediríamos o mesmo exercício. Depois das folhas entregues, trouxemos para o debate a maneira como os europeus contaram e contam a História da África e suas possíveis intenções com isto.

É importante ressaltar que todos os conteúdos utilizados por nós nas aulas lecionadas concatenaram com o objetivo geral da regência. Em anexo, segue o planejamento de ensino das turmas em que constam os conteúdos.

A metodologia utilizada, sabendo das necessidades dos alunos, visou a aulas diversificadas. Usamos o método expositivo/dialogado, não àquele que só o professor fala, mas o que aceita interferências e indagações dos alunos. (LIBÂNEO, 2002, p.161). Usamos slides e vídeos para mostrar visualmente aspectos do assunto – demonstração e ilustração –, também fizemos, nós e os alunos, leituras em voz alta – exemplificação. A questão das leituras em voz alta foi importante no processo, visto que observamos certo desinteresse dos alunos por elas.

Também usamos o método do trabalho em grupo que, ainda de acordo com Libâneo (2002), proporciona cooperação entre os alunos na realização da tarefa, além disso, expande a capacidade de verbalização, para que eles possam se posicionar e defender seus pontos de vista.

Os recursos didáticos utilizados visaram à aproximação dos alunos com aspectos próximos de suas vivências para conseguir intencionalmente deles mais interesse pelo estudo (BITTENCOURT, 2011). Percebemos os alunos como jovens conectados, que gostam de imagens e de recursos chamativos, como animações em vídeos e músicas. Por outro lado, também os reconhecemos como não leitores. Logo, nas aulas exploramos o uso de vídeos, como também de videoaulas e slides, mas também de textos escritos.

Em uma das aulas, levamos vários recortes de imagens acompanhadas de textos que continham aspectos culturais afro-brasileiros: danças, comidas, gestos, costumes, e pedimos para que os alunos trabalhassem conjuntamente conosco contando sobre o que conheciam e descobrindo através da leitura das imagens e dos textos sobre o que não sabiam.

Em outra aula, o objetivo era mostrar a importância da oralidade em alguns países da África. Pedimos para os alunos escreverem em papéis algum ensinamento oral apreendido por eles e que consideravam importante; posteriormente contamos a eles duas histórias orais africanas. A História do surgimento do Reino Mali e o conto do surgimento do mundo.

Em seguida, fomos conversando sobre griôs⁷, sobre como é possível fazer história não apenas escrita nos livros, mas também oral e, no final da aula, mostramos um vídeo de griôs contemporâneos.

Nos dois exercícios supracitados, a intenção foi despertar identidade e empatia dos alunos com os temas de maneira que percebessem que falar de África é falar também de cada um deles.

Sendo assim, consideramos nossas aulas construtivistas no sentido que partimos da simplicidade reconhecendo a bagagem dos alunos, do diálogo, de explicações pacientes e do reconhecimento dos grupos-classe para atingir a seguinte complexidade também necessária. Logo, alcançamos não só objetivos cognitivos, mas também afetivos, que são de grande importância para construir conhecimentos na percepção de serem indissociáveis se o objetivo for atender às necessidades de aprendizagem (PILETTI, 2011).

⁷Griôs nas culturas africanas, principalmente às da região ocidental do continente, são pessoas que através da oralidade contam histórias e transmitem o conhecimento de gerações em gerações. Podem contar através da fala, do canto, de representações teatrais, entre outros (HERNANDEZ, 2010.p32-35).

RESULTADOS

Trazemos aqui novamente o objetivo geral das regências (“desmistificar e questionar as representações de África”), e através da atividade da 1ª aula e a atividade da última, afirmamos que ele foi atingido. Durante a primeira atividade, quando pedimos para que os alunos escrevessem individualmente no papel palavras que vinham na mente, quando ouviam o nome “África”, após a recolha, nós solicitamos que eles fossem falando o que escreveram para que escrevêssemos no quadro e comentássemos com eles o motivo da escolha das palavras.

A seguir está o quadro com as palavras mais escritas: pobreza, cultura dos escravos, elefantes, desigualdade, selvagens, entre outras.

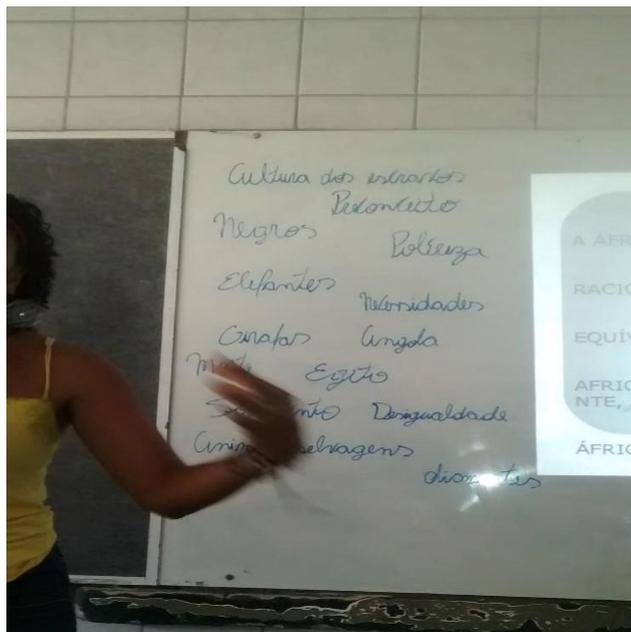


Figura 1. Quadro com as palavras da primeira atividade da 1ª aula. Fonte: imagem tirada pelos autores

Na última das aulas, pedimos para que novamente os alunos fizessem essa mesma atividade com palavras que vinham na mente agora quando eles pensavam em África, a maioria das respostas foi: conhecimento, neve na África, cultura, griôs, respeito com os mais velhos, existência de período pré-colonial, máscaras de divinas formas, entre outras.

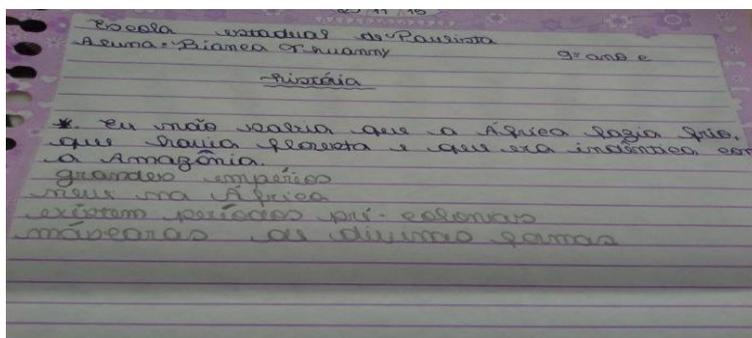


Figura 2: Atividade de uma aluna na última aula da regência. Fonte: imagem tirada pelos autores

Concluimos que o objetivo pôde ser alcançado na medida em que os alunos conheceram sobre a diversidade do continente africano e puderam perceber que a História da África não pode ser limitada, estereotipada e contada por um único ponto de vista.

Uma África que no final das contas, associa-se também às expectativas de muitos outros milhões de humanos excluídos e crescentemente privados de segurança social política e econômica. Portanto, que o estudo do continente possa conduzir à melhor compreensão do mundo e da sociedade brasileira, contribuindo para a sua transformação rumo a uma sociedade justa e em equilíbrio para consigo mesma (SERRANO, 2007. p.35).

Discutir o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas é lembrar que o exercício da cidadania não pode ser constituído como privilégio para poucos, é necessário promover políticas de igualdade, justiça e solidariedade. Se um lugar como a escola reflete os dilemas da sociedade e se consideramos ela capaz de formar cidadãos ativos e conscientes de sua prática, é indiscutível ampliar o debate, profissionalizar os educadores e estabelecer experiências modificadoras que promovam auto-estima e bem-estar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Diferentes tipos de pesquisa qualitativa. In: *Etnografia da Prática Escolar*. São Paulo: Papirus, 1995. pp.23-33.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SEPP/IR. Brasília, 2005.

BITTENCOURT, Circe. "Livros e materiais didáticos de história". In: *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo. Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Os métodos de Ensino. In: *Didática: velhos e novos temas*. Goiânia: Edição do autor, 2002. pp.149-176.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Editora Forense Universitária, 2002.

GOMES, Nilma Lino. "Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?" In: *Revista Brasileira de Educação*. n.21. Set/Out/Nov/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso em: 10.05.2016

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula: visita à História contemporânea*. Selo Negro. 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite; LIMA, Heloisa Pires. *Toques de griô: memórias sobre contadores de histórias africanas*. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2010. pp.32-35.

MOURA, Dayse Cabral de. *Educação e relações raciais em escolas públicas: o que indicam as pesquisas?* In: Dayse Cabral de Moura (Org.) – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *O nosso racismo é um crime perfeito*. Portal Forum. 9.fev.2012.Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/acessadoem28dedezembrode2015>

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. *Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo*. São Paulo. Contexto, 2011.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D' África: a temática africana na sala de aula*. São Paulo. Editora Cortez, 2007.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 14ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ANEXO I

PLANO DE ENSINO
ESCOLA ESTADUAL DE PAULISTA
ANO/SEM – SÉRIE – TURNO – TURMA
2015 /9º ANO / MANHÃ - B/C
3º BIMESTRE

TÍTULO: Revisitando a História do continente africano

OBJETIVO: Desmistificar e questionar as representações de África para os alunos refletidas consequentemente em seus traços diaspóricos.

CONTEÚDOS:

- Debate Historiográfico em torno da África e dos africanos no século XIX
- Geografia física do continente africano
- Representações dos negros e influência na identidade da criança negra
- Importância da oralidade na História tradicional africana
- Contribuições sociais, políticas e culturais da África no mundo
- Influências e heranças africanas no Brasil
- A relação de dominação política e mental da Europa em relação à África
- Descolonização da África com ênfase nos países mais próximos culturalmente do Brasil

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas dialogadas que promovam a interação e que possibilitem a percepção dos conhecimentos prévios dos discentes para que sejam utilizadas abordagens, conceitos e problemáticas dos conteúdos abordados de acordo com o contexto da turma; utilização de diferentes materiais didáticos e recursos audiovisuais com o intuito de promover maior interesse, comunicação e participação dos alunos nas atividades pedagógicas.

PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS:

Perceber em diferentes momentos das aulas a participação, evolução e aproximação dos educandos com as temáticas discutidas; atividades individuais e coletivas que envolvam majoritariamente interpretação dos diferentes materiais didáticos em suas múltiplas linguagens, debates orais e análise de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SEPPPIR. Brasília, 2005.

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, Roberto Câmara. *A África está em nós*. Volume 3. João Pessoa, PB: Grafset, 2004.

BENJAMIN, Walter. “*Experiência e Pobreza*”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 114-119.

DIOP, Cheikh Anta. “Origem dos antigos egípcios”. In: MOKHTAR, G. (coord. Do volume). *História Geral da África II. A África Antiga*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1983.

HERNANDEZ, Leila Leite. “O olhar imperial e a invenção da África”. In: *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008. pp. 17-44.

LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida” – Historiografia africana feita por africanos. *ACTAS DO COLÓQUIO “CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA”*.

MOURA, Dayse Cabral de. *Educação e relações raciais em escolas públicas: o que indicam as pesquisas?* In: Dayse Cabral de Moura (Org.) – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MUNANGA, K. *Negritude: Usos e Sentidos* – 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, I. de. *Desigualdades raciais. Construção da Infância e da Juventude*. Niterói Intertexto, 1999

VISENTINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos africanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.